



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO
PARANÁ**

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA

FÓRUM DESCENTRALIZADO DA CIDADE INDUSTRIAL

Rua Lodovico Kaminski, 2525, CIC – Curitiba/PR

PROJETO DE SENTENÇA

AUTOS Nº 0005175-38.2024.8.16.0187

RELATÓRIO.

1. Dispensado relatório minucioso nos termos do art. 38 da Lei n. 9099/1995.
2. Trata-se de ação de indenização movida por -----
---- e ----- em face de -----.
3. Narraram os autores, em síntese, que adquiriram passagens aéreas internacionais da requerida, ida e volta no itinerário Curitiba/PR -Madri/Espanha, com conexão por Guarulhos/SP, com ida para o dia 07/08/2024 e retorno no dia 24/08/2024. Relata que no dia do embarque para a viagem de ida, já no aeroporto, se depararam com o atraso no voo com destino a Guarulhos/SP, o que ocasionou na perda da conexão Guarulhos/SP – Madri/Espanha, com reacomodação pela reclamada para voo no dia posterior. Assim, os autores que tinham como data prevista de chegada ao destino no dia 08/08/2024, somente chegaram no dia 09/08/2024 aproximadamente as 14h.
4. Em apartado os autores haviam adquirido passagens aéreas de Madri/Espanha para Porto/Portugal com saída no dia 08/08/2024 às 20h15min, pelo valor de R\$ 1.067,21 (mil e sessenta e sete reais e vinte e um centavos). Contudo, perderam o voo em razão do cancelamento do voo principal com reacomodação somente no dia posterior. Assim, necessitaram realizar a viagem de ônibus, e tiveram a perda de um dia de suas férias.
5. Diante deste cenário, os autores propuseram a presente demanda, requerendo a condenação da reclamada ao pagamento de danos materiais no importe de R\$ 1.067,21 (mil e sessenta e sete reais e vinte e um centavos), bem como a condenação da reclamada ao pagamento de danos morais no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada autor.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA

FÓRUM DESCENTRALIZADO DA CIDADE INDUSTRIAL

~~Rua Lodovico Kaminski, 2525, CIC - Curitiba/PR~~

6. Citada, a ré compareceu na audiência de conciliação que restou infrutífera.

7. A Ré apresentou defesa alegando que o cancelamento da passagem ocorreu em razão de modificações realizadas na malha aérea do aeroporto de destino e/ou origem, não cometendo qualquer ilícito a ensejar responsabilização pelos danos aventados na exordial. Invocou a Convenção de Montreal e argumentou que não há dever de indenizar, requerendo a improcedência da ação.

8. As partes dispensaram a produção de prova oral.

9. O magistrado no mov. 23 determinou o julgamento antecipado do feito, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil.

10. Esses, os fatos em breve síntese.

FUNDAMENTAÇÃO.

APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

11. Conforme denota-se dos autos em análise, a relação jurídica envolvendo as partes amolda-se perfeitamente àquelas tidas como consumeristas.

12. Os sujeitos desta relação são consumidor e fornecedor, conforme sua conceituação nos artigos 2º e 3º, da citada Lei.

13. Deferida a inversão do ônus da prova, uma vez que há hipossuficiência da parte requerente, porém não afasta o autor de provar os fatos constitutivos de seu direito, conforme dispõe o art. 373, I do CPC.

MÉRITO





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

14. O cerne da controvérsia cinge-se sobre eventual responsabilidade da requerida, diante do cancelamento do voo e consequentemente a ocorrência de danos morais e materiais.

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO

METROPOLITANA DE CURITIBA

FÓRUM DESCENTRALIZADO DA CIDADE INDUSTRIAL

Rua Lodovico Kaminski, 2525, CIC – Curitiba/PR

15. Analisando os autos, verifica-se que o cancelamento do voo internacional, contratado pelos autores, ocorreu em virtude de modificações realizadas na malha aérea do aeroporto de destino e/ou origem, fato incontroverso.

16. Dada a natureza internacional do voo, aplicam-se as disposições da Convenção de Montreal.

17. Os danos materiais são regidos pelos referidos tratados internacionais, já os danos morais sofrem os influxos do CDC.

18. De acordo com o entendimento do STF (RE 636331/RJ – Repercussão Geral) “a limitação imposta pelos acordos internacionais alcança tão somente a indenização por dano material, e não a reparação por dano moral. A exclusão justifica-se, porque a disposição do art. 22 não faz qualquer referência à reparação por dano moral, e também porque a imposição de limites quantitativos preestabelecidos não parece condizente com a própria natureza do bem jurídico tutelado, nos casos de reparação por dano moral. Corrobora a interpretação da inaplicabilidade do limite do quantum indenizatório às hipóteses de dano moral a previsão do art. 22, que permite o passageiro realizar 'declaração especial' do valor da bagagem, como forma de eludir a aplicação do limite legal. Afinal, se pode o passageiro afastar o valor limite presumido pela Convenção mediante informação do valor real dos pertences que compõem a bagagem, então não há dúvidas de que o limite imposto pela Convenção diz respeito unicamente à importância desses mesmos pertences e não a qualquer outro interesse ou bem, mormente os de natureza intangível”.

19. Para a Terceira Turma do STJ, dano moral a passageiro de voo internacional não se submete à Convenção de Montreal. Embora seja norma posterior ao Código de Defesa do Consumidor (CDC) e constitua legislação especial em relação aos contratos de transporte aéreo internacional – com prevalência, segundo o Supremo Tribunal Federal, sobre a legislação consumerista interna –, a Convenção de





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

Montreal não pode ser aplicada para limitar a indenização devida aos passageiros em caso de danos morais decorrentes de atraso de voo ou extravio de bagagem, tendo em vista que o tratado internacional alcança apenas as hipóteses de dano material.

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO

METROPOLITANA DE CURITIBA

FÓRUM DESCENTRALIZADO DA CIDADE INDUSTRIAL

Rua Lodovico Kaminski, 2525, CIC – Curitiba/PR

20. Com base nesse entendimento, serão julgados os pedidos postulados pelos autores.

21. O artigo 737 do Código Civil – “O transportador está sujeito aos horários e itinerários previstos, sob pena de responder por perdas e danos, salvo motivo de força maior”.

22. No caso em apreço, é incontroverso o cancelamento do voo dos autores, ocasionando atrasos para voo adquirido no itinerário Madri/Espanha para Porto/Portugal, com perda do referido voo e necessidade de nova aquisição pela via terrestre. A ré, em sua defesa, alega que houve o remanejamento dos autores em voos de conexão, com acomodação dos requerentes no primeiro voo disponível, sem a existência de qualquer lesão aos seus direitos.

23. Ocorre que, a responsabilidade civil em virtude da prestação do serviço ao consumidor é de ordem objetiva, respondendo o transportador pelos danos causados ao consumidor, a teor do que dispõe o art. 14, da Lei n.º 8.078, de 11/09/90, in verbis:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação de serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
§ 1.º O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes entre as quais:

I – o modo de seu fornecimento;

II – o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III – a época em que foi fornecido.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

24. Consideradas tais circunstâncias, não há como ser afastado o dever de reparação dos danos oriundos da falha na prestação da requerida, porquanto, diferente do que faz crer a requerida, não restou configurada qualquer excludente de suas responsabilidades no caso em comento.

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA

FÓRUM DESCENTRALIZADO DA CIDADE INDUSTRIAL

Rua Lodovico Kaminski, 2525, CIC – Curitiba/PR

25. Ademais, a reclamada não comprovou a impossibilidade de oferecer outros meios de transporte para o autor chegar ao destino, bem como não comprovou sua impossibilidade de emissão das passagens mais próximo a data e horário previamente contratada pelos autores, o que ensejou na perda das passagens adquiridas no itinerário Madri/Espanha para Porto/Portugal, sem qualquer suporte material fornecido pela reclamada.

26. O artigo 19 do Decreto Nº 5.910, de 27 de setembro de 2006, conhecido popularmente como Convenção de Montreal, é inteligível ao assegurar que: "O transportador é responsável pelo dano ocasionado por atrasos no transporte aéreo de passageiros, bagagem ou carga. Não obstante, o transportador não será responsável pelo dano ocasionado por atraso se prova que ele e seus prepostos adotaram todas as medidas que eram razoavelmente necessárias para evitar o dano ou que lhes foi impossível, a um e a outros, adotar tais medidas."

27. Ainda, A Resolução nº 400 da ANAC, que regula as condições gerais de transporte aéreo, impõe ao transportador o dever de prestar assistência material em casos de cancelamento de voo, o que não foi feito pela reclamada.

28. A reclamada, por sua vez, não trouxe aos autos prova de que prestou a assistência material necessária aos autores, quanto ao voo perdido, conforme o disposto no artigo 373, II, do CPC.

29. Assim, restando, pois, configurada a ocorrência de dano material e moral, a sua reparação é medida que se impõe.

30. Isto posto, condeno a requerida ao pagamento dos danos materiais suportados pelos autores no importe de R\$ 1.067,21 (mil e sessenta e sete reais e vinte e um centavos) – mov. 1.15.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO
PARANÁ**

31. Quanto aos danos morais, a situação ultrapassa os meros aborrecimentos do dia a dia, configurando violação aos direitos da personalidade e do consumidor, especialmente pela omissão da reclamada em prestar a assistência devida aos passageiros, que acabaram por perder um dia de suas férias e a perda do voo Madri/Espanha para Porto/Portugal, que precisou ser realizada pela via terrestre, o que demandou mais tempo e menor conforto aos viajantes.

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA

FÓRUM DESCENTRALIZADO DA CIDADE INDUSTRIAL

Rua Lodovico Kaminski, 2525, CIC – Curitiba/PR

32. Com relação ao quantum indenizatório a título de danos morais, é importante ressaltar não só o sentido de compensar o constrangimento sofrido pelo autor, como também o de recomendação à ré, para que diligencie objetivando evitar tais danos.

33. Daí que, se a indenização não pode envolver enriquecimento sem causa, também não deve se revestir de valor insignificante, pois assim não intimidaria pedagogicamente a ré.

34. Considerando as circunstâncias do caso concreto, entendo que o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para cada autor, é suficiente para reparar os danos sofridos pelos requerentes.

DISPOSITIVO.

35. Ante o exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido contido na presente ação de indenização movida por ----- e ----- em face de -----, resolvendo o mérito para o fim de:

- **CONDENAR** a reclamada ao pagamento de indenização por danos materiais na quantia de R\$ 1.067,21 (mil e sessenta e sete reais e vinte e um centavos), com incidência de correção monetária pela média dos índices INPC e IGP-DI, desde o



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

desembolso (08/08/2023 – mov. .15) até 29/08/2024 e a partir de 30/08/2024 (data de vigência da Lei 14.905/2024), pelo índice IPCA, acrescido de juros moratórios computados pela TAXA LEGAL (Selic deduzido o IPCA), nos moldes do Art. 406, § 1º, do Código Civil, desde a citação;

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA

FÓRUM DESCENTRALIZADO DA CIDADE INDUSTRIAL

Rua Lodovico Kaminski, 2525, CIC – Curitiba/PR

- **CONDENAR** a requerida ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para cada autor, acrescidos de juros de mora pela taxa referencial Selic deduzida da correção monetária pela média dos índices IPCA/IBGE (CC, art. 406, § 1º), desde a citação até a data da decisão condenatória (CC, art. 405). A partir da decisão condenatória, o valor dos danos morais deverá ser corrigido somente pela taxa referencial Selic (Súmula n. 362/STJ).

36. Havendo pedido de Justiça Gratuita, este será analisado por ocasião da interposição de eventual recurso (artigo 20, § 1º, da Lei Estadual n.º 18.413/2014), eis que, em primeiro grau de jurisdição, o acesso aos Juizados Especiais independe do preparo de custas, taxas ou despesas (art. 54 da Lei 9099/95).

37. Sem custas processuais e honorários advocatícios, face o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Federal nº 9099/95.

38. Em cumprimento ao disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, remeta-se esta decisão ao MM. Juiz de Direito Supervisor para homologação.

Após homologada,
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Curitiba, data do protocolo.

Lilian Nataly Pereira
Juíza Leiga

